ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POÇO VERDE

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO

Aracaju, 08 de Abril de 2020.

EXERCÍCIO 2019

CONTEXTO

O Balanço Geral do Fundo Municipal de Saúde de Poço Verde, integra a prestação de contas anual da Secretária Municipal, ao Srª. Antônia Stela Santana de Oliveira e refere-se às ações governamentais executadas pela Secretaria Municipal.

Em 25 de agosto de 2008, foi publicada a portaria do Ministério da Fazenda nº 184, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no **Setor Público Brasileiro** quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das **Demonstrações contábeis**, com o objetivo de convergir com as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público. Com isso a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, começou a introduzir mudanças na Contabilidade Pública no sentido de promover de forma gradual as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Fundo de Saúde foram elaboradas em consonância:

- Com os dispositivos da Lei Federal nº 4.320/64, que institui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balaços da união, dos Estados, dos municípios e do Distrito Federal;
- Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Lei nº 734 de 21/12 / 17, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021;

- Lei nº 741 de 11/06/2018, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2018;
- Lei nº 752 de 20/12/2018, que dispõe sobre o Orçamento Programa para o exercício de 2018;
- Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional;
- Normas Brasileira de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCTs) e outras normas que regulam o assunto;
- E a Resolução do TCE/SE de Nºs 222/02.

DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Observa-se que a execução orçamentária de 2019 evidencia que as **Receitas arrecadadas** alcançaram o montante de R$ 5.504.315,58 (cinco milhões, quinhentos e quatro mil, trezentos e quinze reais e cinquenta e oito centavos) e as **Despesas empenhadas** de R$ 10.561.670,45 (dez milhões, quinhentos e sessenta e um mil, seiscentos e setenta reais e quarenta e cinco centavos). O confronto desses valores reflete o resultado orçamentário, que se traduz em um **déficit** de R$ 5.057.354,87 (cinco milhões, cinquenta e sete mil, tezentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e sete centavos).

EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Da análise do Balanço orçamentário, a receita arrecadada foi **inferior** à previsão orçamentária em R$ 100.184,42 (cem mil, cento e oitenta e quatro reais e quarenta e dois centavos), ou seja, apresentou um **superávit** de arrecadação em 1,79%.

Isso se da, por ser um órgão que não arrecada receitas próprias, mas depende de transferências da União, Estado e Município.

RECEITA CORRENTE

As receitas orçamentárias correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro, sendo a principal fonte de financiamentos das despesas públicas, no exercício de 2019 as receitas correntes alcançaram o montante de R$ 5.454.315,58 (cinco milhões quatrocentos e cinquenta e quatro mil trezentos e quinze reais e cinquenta e oito centavos) comparativamente ao exercício de 2018, este resultado representou um **decréscimo nominal** de 73,83%.

As rubricas mais significativas que contribuíram para a arrecadação das transferências correntes são da união: os repasses do sistema único de saúde – SUS, com arrecadação de R$ 5.381.840,07 (cinco milhões trezentos e oitenta e um mil oitocentos e quarenta reais e sete centavos), com desempenho de 79,44% menor em relação ao mesmo período de 2018.

RECEITA DE CAPITAL

As Receitas Orçamentárias de Capital aumentam as disponibilidades financeiras do Fundo e são as fontes de financiamento dos programas e ações de governo nos investimentos.

As Receitas de Capital alcançaram em 2019, o montante de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), apresentando um decréscimo de 7%, em relação ao mesmo período de 2018.

A rubrica que contribuiu para a arrecadação da Receita de Capital foi de **transferência de capital**, proveniente de **repasse de convênio com o governo federal**, destinada a investimentos na saúde.

EXECUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

A despesa pública, de acordo com o enfoque orçamentário, compreende todos os dispêndios que derivam da execução das dotações orçamentárias consignadas no orçamento da entidade, com o objetivo de atender às necessidades da população e que podem ou não causar diminuição da situação líquida das entidades.

Observa-se que a execução da despesa orçamentária atingiu o montante de R$ 10.561.670,45 (dez milhões, quinhentos e sessenta e um mil, seiscentos e setenta reais e quarenta e cinco centavos), que representou 63% do total dos créditos autorizados no montante

de R$ 6.670.298,25 (seis milhões, seiscentos e setenta mil, duzentos e noventa e oito reais e vinte cinco centavos), gerando um desembolso orçamentário, quando se compara os créditos autorizados versus despesas empenhadas de R$ 3.891.372,20 (três milhões e oitocentos e noventa e um mil trezentos e setenta e dois reais e vinte centavos); as despesas liquidadas foram de R$ 10.444.248,89 (dez milhões quatrocentos e quarenta e quatro mil, duzentos e quarenta e oito reais e oitenta e nove centavos), representando 0,99% das despesas empenhadas. Já as despesas pagas referente à execução orçamentária de 2019 foram de R$ 9.017.920,20 (nove milhões e dezessete mil novecentos e vinte reais e vinte centavos), representando 0,85% do total da despesa empenhada de 2019.

DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA

As despesas orçamentárias estruturam-se, segundo a categoria econômica em:

- **DESPESAS CORRENTES**

  Classificam-se nesta categoria econômica todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

- **DESPESAS DE CAPITAL**

  Classificam-se nesta categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

As despesas por categoria podem ser observadas no relatório Natureza da Despesa, neste balanço.

DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO

A classificação das funções de governo é um tipo de classificação orçamentária utilizada pela administração pública e que representa a agregação dos créditos distribuídos pelos grandes objetivos das políticas públicas. As funções de governo são as constantes da portaria nº 42 de 14 de abril de 1999.

Podem ser observadas no demonstrativo de despesa por função, subfunção e programas, neste balanço.

SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A tabela a seguir demonstra um resumo da execução orçamentária de 2019 deste órgão.

ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
RECEITA REALIZADA	R$	5.504.315,58
RECEITA PREVISTA	R$	5.604.500,00
(=) INSUFICIÊNCIA DE ARRECADAÇÃO	**R$**	**100.184,42**
DESPESA EXECUTADA	R$	10.561,670,45
DESPESA PREVISTA	R$	9.141.775,00
(=) ECONOMIA/ ORÇAMENTÁRIO	**R$**	**1.419.895,45**
RESULTADO		
RECEITA REALIZADA	**R$**	5.504.315,58
(-) DESPESA EXECUTADA	R$	10.561.670,45
(=) DÉFICIT DE EXECUÇÃO	**R$**	**5.057.354,87**

- **INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR – (**consideram-se **restos a pagar** as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31/12, distinguindo-se as **processadas** das **não processadas**).
  - **Despesas liquidadas (-) despesas pagas =** restos a pagar processados (RPP) inscritos no exercício.
    - Assim, a diferença entre despesas liquidadas no montante de R$ 10.444.248,89 e as despesas pagas no montante de R$ 9.017.920,20, importa na inscrição pelo Fundo em 2019 de R$ 1.426.328,69 de RPP.
  - **Despesas empenhadas (-) despesas liquidadas =** Restos a pagar não processados (RPNP), inscritos no exercício.
    - Assim, a diferença entre despesas empenhadas no valor de R$ 10.561.670,45, e despesas liquidadas de R$ 9.017.920,20, importou em uma inscrição pelo Fundo em 2019 de R$ 117.421,56 de RPNP.

Durante o exercício foram cancelados Restos por prescrição:

Conta	Fundo Municipal
Restos a Pagar Processados 2014	R$ 79.264,61
Restos a Pagar não Processados 2014	R$ 106.522,17

- **QUOCIENTE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO** – É uma relação entre a **receita realizada** e a **despesa empenhada**, indicando a existência de um resultado **superavitário, deficitário** ou **nulo.** Assim, um índice **igual a 1**, representa um resultado **nulo, maior que 1,** indica **superávit** e **menor que 1, déficit.**

Em 2019, o Fundo Municipal apresentou um resultado deficitário, ou seja, quociente 0,61, conforme demonstrado a seguir:

A	Receita realizada	R$ 5.504.315,58
B	Despesa executada	R$ 10.561,670,45
C	Quociente (A/B)	0,52

- **QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE** – É resultante da relação entre a receita corrente realizada e a despesa corrente empenhada. A interpretação desse quociente indica se as receitas correntes suportam as despesas correntes ou se foi necessário utilizar receitas de capital para financiar despesas correntes.

Em 2019, o Fundo apresentou o seguinte resultado da Execução Orçamentária Corrente:

A	Receita corrente realizada	R$ 5.454.315,58
B	Despesa corrente empenhada	R$ 10.276.094,67

C	Quociente (A/B)	0,53%

a) Das receitas e despesas intraorçamentárias (quando relevante)

Não houveram receitas e despesas intraorçamentárias.

b) Detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário):

Tipo de Credito	Execução
Suplementar	6.670.298,25
Especial	0,00
Extraordinário	0,00
Total	6.670.298,25

c) A utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário;

d) Não houve atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA, que compõem a coluna Previsão Inicial da receita orçamentária;

e) O procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados: o ente mantém o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente;

BALANÇO FINANCEIRO

O anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, define a estrutura do balanço financeiro, no qual a receita orçamentária é desdobrada segundo sua destinação e funções e a despesa orçamentária

segundo sua destinação e funções. Os ingressos e os dispêndios do balanço financeiro para os orçamentos fiscal e da seguridade social demonstram o movimento das operações financeiras do exercício, evidenciando a receita e a despesa orçamentária, os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, bem como os saldos financeiros provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

a) Deduções da Receita: Não houve deduções de receita.

b) Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas

Orgão	**Transferências concedidas**	**Transferências recebidas**
Prefeitura Municipal	R$ 568.631,99	R$ 4.589.018,20

c) Outros Recebimentos Extraorçamentários

Inscrição de Restos a pagar: R$ 1.543.750,25
Valores Restituíveis: R$ 1.517.284,92
Outros Valores Restituíveis: R$ 0,00

d) Outros Pagamentos Extraorçamentários

Pagamentos de Restos a Pagar: R$ 1.350.381,97
Valores Restituíveis: R$ 851.288,87
Outros Valores Restituíveis: R$ 0,00

e) Metodologia das retenções: é considerada a retenção como paga apenas na baixa da obrigação. Sendo assim, nenhum ajuste foi promovido.

<u>ANÁLISE DO BALANÇO FINANCEIRO</u>

O balanço financeiro tem o objetivo de evidenciar os ingressos e dispêndios de recursos em um determinado exercício financeiro, sua análise tem o objetivo de preparar indicadores para dar suporte para avaliação da gestão financeira.

Abaixo apresentamos a análise dos quocientes do balanço financeiro:

- **QUOCIENTE ORÇAMENTÁRIO DO RESULTADO FINANCEIRO** – é resultante da relação entre o resultado orçamentário (receita orçamentária – despesa orçamentária) e a variação do saldo em espécie. A interpretação desse quociente indica a parcela da variação do saldo do disponível que pode ser explicada pelo resultado orçamentário. Nesse caso temos um resultado orçamentário **negativo** que resulta também em uma variação de **saldo negativo.**

A	Resultado Orçamentário	R$ 5.057.354,87
B	Variação do Saldo em espécie	R$ 651.015,24
C	Quociente (A/B)	7,77

- **QUOCIENTE DO RESULTADO DOS SALDOS FINANCEIROS** – É resultante da relação entre o saldo que passa para o exercício seguinte e o saldo do exercício anterior. A interpretação desse quociente indica o impacto de resultado financeiro sobre o saldo em espécie.

A	Saldo para o exercício seguinte	R$ 651.015,24
B	Saldo do exercício anterior	R$ 828.619,57
C	Quociente (A/B)	0,79

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial do Fundo em 31 de Dezembro de 2019. Mediante sua observação é possível conhecer **qualitativa** e **quantitativamente** a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados (patrimônio líquido) deste órgão.

Por exigência dos novos modelos da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, os ativos segregam-se em **circulante** e **não circulante,** por outro lado, firmou-se que os passivos segregam-se também em **circulante** e **não circulante.** Por fim, são também apresentados o **patrimônio líquido** e o grupo de contas de compensação.

ATIVO CIRCULANTE – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Compreende os saldos depósitos restituíveis e valores vinculados, e outros créditos a receber, com a seguinte disposição:

Créditos a CP	Fundo Municipal
Salário Família	0,00
Salário Maternidade	0,00

ATIVO CIRCULANTE – ESTOQUES

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o **custo médio ponderado**, conforme disposto no inciso III, art. 106 da Lei 4.320/64. As informações do valor dos estoques finais constantes no balanço patrimonial são provenientes dos respectivos sistemas de almoxarifados do Fundo Municipal.

ATIVO NÃO CIRCULANTE – IMOBILIZADO

Os bens móveis são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluídos os custos de compra, impostos recuperáveis e outros custos necessários para colocar o bem em uso ou funcionamento. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro do bem do ativo imobilizado são incorporados quando houver a possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços.

Conta	Fundo Municipal
Bens móveis	R$ 908.333,07
Bens imóveis	R$ 1.281.368,07

PASSIVO CIRCULANTE – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR – CP

Este grupo é representado pelos diversos **empenhos liquidados**, cujo vencimento se dará no exercício subsequente, anteriormente denominado de **"Restos a pagar processados"** para as despesas com folha de pagamento e encargos sociais a pagar.

Conta	Fundo Municipal
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais à pagar	R$ 728.296,16

PASSIVO CIRCULANTE – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR – CP E DEMAIS OBRIGAÇÕES – CP

O grupo de contas Fornecedores e contas a pagar – CP é representado pelos diversos **empenhos liquidados**, cujo vencimento se dará no exercício subsequente, anteriormente denominado de **"Restos a pagar processados".** Compreende também parcela a vencer, de **precatórios a pagar,** reclassificados do **longo prazo** para o **curto prazo** e contrapartida do **ativo circulante**, relativo aos depósitos efetuados em conta vinculada ao TJ/SE, que aguardam informações de pagamentos para futura baixa contábil.

O grupo demais obrigações a CP: é composto pelas contas de **consignações, depósitos** e **cauções, outros depósitos**.

Conta	Fundo Municipal
Fornecedores e contas à pagar CP	R$ 1.392.938,56
Demais obrigações Valores Restituíveis:	R$ 702.503,94

PASSIVO NÃO CIRCULANTE – FORNECEDORES LP

Essa conta é constituída pelo estoque de **precatórios de fornecedores – regime especial** de longo prazo no valor de R$ 0,00, todo na administração direta.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O resultado acumulado no exercício foi **superavitário** de R$ 16.977,73 (dezesseis mil novecentos e setenta e sete reais e setenta e três centavos), sendo do exercício um **deficit** no valor de R$ 819.488,76, resultados de exercícios anteriores **superavitário** de R$ 836.466,49, esse resultado foi fortemente influenciado por Despesas de Exercícios Anteriores.

ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

A avaliação dos elementos do **ativo** e **passivo** pode ser realizada mediante a utilização da **análise por quocientes**, dentre os quais se destacam **os índices de liquidez** e **endividamento**.

1) Liquidez corrente (LC) – Ativo financeiro / passivo financeiro

A	Ativo financeiro	R$ 651.015,24
B	Passivo financeiro	R$ 3.012.728,94
C	Quociente (A/B)	0,22

A **liquidez corrente** demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques, etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.).

Neste caso, o índice apresentado demonstra uma situação desfavorável em que o Fundo tem saldo AF que não poderá pagar suas dívidas registradas no PF e ainda terá déficit financeiro que não poderá dispor no ano seguinte para abertura, por exemplo, de créditos adicionais.

2) Índice de solvência (IS) – (ativo circulante + ativo não circulante) / (passivo circulante + passivo não circulante)

A	Ativo financeiro+ Ativo permanente	R$ 2.840.716,38
B	Passivo financeiro + Passivo permanente	R$ 3.012.728,94
C	Quociente (A/B)	0,94

<u>Uma entidade é solvente</u> quando está em condições de fazer frente as suas obrigações e apresente uma situação patrimonial que garanta sua sobrevivência no futuro.

Neste caso, o Fundo Municipal obteve um índice **superior** a 1, o que garante a **solvência** de todas suas obrigações e apresenta resultado patrimonial **superavitário**, em decorrência de seu **ativo real** ser superior ao **passivo real**, conforme pode ser verificado no respectivo balanço patrimonial.

<u>DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS</u>

A demonstração das variações patrimoniais – DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Fundo Municipal durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária. A DVP revela o **resultado patrimonial,** que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido das variações positivas e negativas. Conforme demonstrativo abaixo:

Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)	**2019**	**2018**
Transferências Intragovernamentais	4.589.018,20	6.021.073,49
Transferências Intergovernamentais	5.381.840,07	6.774.786,12
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	63.696,27	0,00
Diversas variações patrimoniais aumentativas	122.475,51	1.404.450,49
TOTAL (VPA)	10.157.030,05	14.200.310,10
Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	**2019**	**2018**
Pessoal e encargos	6.460.382,88	6.838.809,50
Variações Patrimoniais e Diminutivas e Financeiras	850,00	0,00
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporações de Passivos	64.301,00	0,00
Tributárias	16,15	0,00
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	3.831.775,97	3.949.028,48
Transferências e delegações concedidas	568.631,99	2.024,02
Outras variações patrimoniais diminutivas (premiações, incentivos, taxas, dentre outros)	50.560,82	1.752.085,20
TOTAL (VPD)	10.976.518,81	12.541.947,20

RESULTADO PATRIMONIAL	**(819.488,76)**	**1.658.362,90**

No exercício de 2019, podemos citar alguns valores significativos para o resultado patrimonial negativo:

Houve um aumento nas Transferências Concedidas no valor de R$ 568.631,99, e Desvalorização de Perdas de Ativos - Perdas Involuntárias no montante o valor de R$ 64.301,00.

ANÁLISE DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

O quociente do resultado das variações patrimoniais, que é resultante da relação entre o **total das variações patrimoniais aumentativas** e o **total das variações patrimoniais diminutivas.** O resultado indica outra maneira de se evidenciar o resultado patrimonial.

A	Total das variações patrimoniais aumentativas	R$ 10.157.030,05
B	Total das variações patrimoniais diminutivas	R$ 10.976.518,81
C	Quociente (A/B)	0,93

Verifica-se que o resultado **foi maior que 1**, indicando que o resultado patrimonial foi superavitário, que se deve basicamente ao aumento das Transferências e Delegações recebidas e de Outras Variações Patrimoniais Aumentativas.

Não houve redução ao valor recuperável no ativo imobilizado, baixas de investimento e/ou constituição ou reversão de provisões.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A demonstração do Fluxo de Caixa – DFC apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC identificará:

a. As fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;

b. Os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e

c. O saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Observa-se que o Fundo teve geração de caixa das Transferências financeiras do Município e Transferências da União e Transferências do Estado no montante de R$ 9.970.858,27, o que manteve um resultado econômico favorável.

As atividades de investimento demonstram que houve uma redução do capital circulante líquido da Entidade, que investiu recursos líquidos de R$ 192.860,50 em Ativo Não Circulante.

Os ingressos de receita com Transferências de Capital representaram R$ 50.000,00. As atividades de financiamento obtiveram resultado deficitário que se refere principalmente a transferências de Capital recebidas em comparação ao desembolso com amortização/refinanciamento da dívida no montante de R$ 0,00.

Não houve contratação de operação de crédito no exercício

SÍNTESE DO FLUXO DE CAIXA

Geração liquida de CAIXA e equivalente de caixa.	R$ 177.604,33
Caixa e equivalente de caixa inicial	R$ 828.619,57
Caixa e equivalente de caixa final	R$ 651.015,24

CONSIDERAÇOES FINAIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas atendendo a Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, conforme exigências do Tribunal de Contas de Sergipe, TCE/SE.

JOSÉ VALMIR DOS PASSOS
CRC/SE 4.111

ANTÔNIA STELA SANTANA DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE SAÚDE